



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2020 ---- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2020 ---- PROCESSO ADMINISTRATIVO: 10.556/2020

O **MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA**, inscrito no CNPJ sob n.º 45.339.363/0001-94, isento de Inscrição Estadual, com sede na Praça Cornélio Procópio, nº 90, Centro, na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, na qualidade de órgão gerenciador, neste ato representado por seu Prefeito Senhor **RÔMULO LUÍS DE LIMA RIPA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade número 45.962.674-7 - SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 350.575.978-33, doravante designado **MUNICÍPIO**, e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu Contrato Social, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 80 de 11 de junho de 2013 e alterações, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

Denominação:	SAGATI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI ME		
CNPJ	22.327.120/0001-30		
Endereço	Av. Jaboti, 333, Casa, 59, Condomínio Sta. Fé	Bairro:	Jd. Menegazo
Cidade	Apucarana – PR	CEP:	86.802-000
Telefone	(44) 3226-6472	E-mail:	sagati@invictalicitacoes.com.br
Representante Legal	Cláudio Baqueti Moreira	Rg. 6.859.085-0	CPF. 025.538.279-03

Item	Unid.	Qtd.	Descrição	Tam.	Marca	Valor Unitário
59	Par	05	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço branca	35	Workflex	R\$ 25,83
62	Par	30	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço branca	38	Workflex	R\$ 25,79
70	Par	05	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	34	Workflex	R\$ 20,36
71	Par	15	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	35	Workflex	R\$ 20,36
73	Par	15	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	37	Workflex	R\$ 20,36
74	Par	16	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	38	Workflex	R\$ 20,36
75	Par	15	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	39	Workflex	R\$ 20,36
76	Par	17	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	40	Workflex	R\$ 20,36
77	Par	16	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	41	Workflex	R\$ 20,36



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

78	Par	18	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	42	Workflex	R\$ 20,36
79	Par	16	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	43	Workflex	R\$ 20,36
80	Par	15	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	44	Workflex	R\$ 20,36
81	Par	10	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	45	Workflex	R\$ 20,36
82	Par	05	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano curto sem bico de aço preta	46	Workflex	R\$ 20,36
87	Par	16	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço branca	38	Workflex	R\$ 28,41
88	Par	23	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço branca	39	Workflex	R\$ 28,41
91	Par	10	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço branca	42	Workflex	R\$ 28,41
92	Par	10	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço branca	43	Workflex	R\$ 28,41
96	Par	05	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	34	Workflex	R\$ 22,39
97	Par	09	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	35	Workflex	R\$ 24,00
98	Par	06	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	36	Workflex	R\$ 22,39
99	Par	20	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	37	Workflex	R\$ 22,39
100	Par	25	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	38	Workflex	R\$ 22,39
101	Par	25	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	39	Workflex	R\$ 22,39
102	Par	20	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	40	Workflex	R\$ 22,39
103	Par	20	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	41	Workflex	R\$ 22,39
104	Par	20	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	42	Workflex	R\$ 22,39
105	Par	21	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	43	Workflex	R\$ 22,39
106	Par	20	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	44	Workflex	R\$ 22,39
107	Par	15	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	45	Workflex	R\$ 22,39
108	Par	05	Calçado de segurança tipo bota em PVC cano longo sem bico de aço preta	46	Workflex	R\$ 22,39
110	Par	06	Calçado tipo sapato (área da saúde branco)	36	Workligth	R\$ 35,47



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

111	Par	02	Calçado tipo sapato (área da saúde branco)	37	Workligth	R\$ 35,47
112	Par	02	Calçado tipo sapato (área da saúde branco)	39	Workligth	R\$ 35,47
113	Par	04	Calçado tipo sapato (área da saúde branco)	40	Workligth	R\$ 35,47
115	Par	02	Calçado tipo sapato (área da saúde branco)	42	Workligth	R\$ 35,47
159	Caixa	3.296	Máscara cirúrgica tipo TNT tripla com elástico (caixa com 50 unidades)	Padrão	Workflex	R\$ 15,50

O preço registrado é fixo e irrevogável e contemplam materiais, todas as despesas (mão-de-obra, transporte, equipamentos, instalações, tributos) que o compõem, bem como todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.) e quaisquer despesas, diretas e indiretas indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva).
- 1.2 Esta Ata de Registro de Preços será executada **INDIRETAMENTE – EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

2.1. Os produtos, de primeira qualidade, observando-se rigorosamente, as características especificadas no Edital, deverão ser entregues, nas quantidades requeridas, em até **20 (vinte) dias** a contar do Recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) e/ou Empenho no seguinte endereço:

ALMOXARIFADO CENTRAL

**Avenida João Martins da Silveira Sobrinho, nº 653 – Jardim Primavera
Fone: 19 3585 5822**

- 2.2. A entrega deverá ser precedida de agendamento, realizado com antecedência mínima de **02(dois) dias úteis**, pelo telefone acima.
- 2.3. Correrão por conta da **DETENTORA** todas as despesas pertinentes, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
- 2.4. Constatadas irregularidades no objeto, o **MUNICÍPIO**, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou determinar sua complementação se houver diferença de quantidades.
- 2.5. As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da comunicação oficial feita pelo solicitante, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados da data de sua assinatura, ou da consecução do objeto, o que ocorrer primeiro.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

- 4.1. O **MUNICÍPIO** efetuará o pagamento, observado o seguinte:
- Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, mediante depósito na conta bancária indicada pela PROPONENTE vencedora, em até **30 (trinta) dias** após a entrega dos produtos ou realização dos serviços, condicionados à apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor designado para receber o objeto.
 - A **DETENTORA** deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica, para pagamento do objeto, mediante acesso ao sistema informatizado de acordo com o disposto no Decreto Federal 6.022 de 22/01/2007 e Ajuste SINIEF 11 de 26/09/2008.
 - Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
 - Nenhum pagamento será efetuado à **DETENTORA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação legal, ou financeira municipal que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
 - A(s) Nota(s) Fiscal(ais) somente será(ão) encaminhada(s) para pagamento somente após a devida conferência e atesto do(s) solicitante(s).
 - Os pagamentos efetuados em atraso serão corrigidos monetariamente pelo IPCA – Índice de Preços para o Consumidor Amplo, acrescido de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o valor do débito atualizado monetariamente, a partir do dia seguinte ao do vencimento. Também poderão ocorrer compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos (Decreto Municipal 1.288/2020).

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 5.1. Na execução do objeto do presente Registro de Preços obriga-se a **DETENTORA** a enviar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:
- responder por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados porventura envolvidos, terceiros ou a própria Adjudicatária, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de mobilização e desmobilização decorrentes a execução do objeto.;
 - assumir a responsabilidade por danos causados diretamente a bens de propriedade do **MUNICÍPIO**, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto;
 - substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais que apresentarem alterações, deteriorações imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento convocatório, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamentos;
 - cumprir os prazos e condições previstas neste Edital e seus anexos;
 - comunicar ao, formalmente, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários;
 - arcar com as despesas decorrentes da não observância das condições do ato convocatório, bem como de infrações praticadas, na execução do objeto;
 - apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Edital;



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

"A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017"

Secretaria de Gestão

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- i) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto.
- k) não veicular publicidade acerca do objeto do edital, salvo se houver prévia autorização da Municipalidade.
- l) assumir:
 - a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos quando da execução da ata, ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da licitante;
 - todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
 - a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços.
- m) executar as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
- o) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- p) responsabilizar-se, civil e criminal perante terceiros, pelo mau funcionamento de equipamento necessário para a execução do objeto contratado, não respondendo a Prefeitura, em hipótese alguma, por ressarcimentos e indenizações, seja a que título for;
- q) efetuar o pagamento de todos os seguros necessários, inclusive os relativos à garantia financeira para a aquisição de equipamentos, à responsabilidade civil e ao eventual ressarcimento de todos os danos materiais ou pessoais a terceiros;
- r) promover a organização técnica e administrativa do objeto que lhe for adjudicado, de modo a conduzi-lo eficientemente nos prazos previstos;
- s) reparar, corrigir, remover, substituir no todo ou em parte o objeto quando se verificarem defeitos ou incorreções, resultantes da sua execução;
- t) executar o objeto de forma ininterrupta com fiel observância às disposições da legislação em vigor, e de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Ato Convocatório e em seus Anexos.
- u) Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Termo de Referência, bem como no Edital, obedecendo ao padrão de identidade e qualidade;
- v) Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega que efetuar, incluindo carga e descarga do produto, pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega;
- w) Responder por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Empresa vencedora, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de entrega do material;
- x) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito do Município;
- y) Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação previstas no Edital.
- z) Entregar o material conforme diretrizes estipuladas na Norma Regulamentadora Nº 06 da Lei 6.514/77 e Portaria 3.214/78 do Ministério da Economia, disponibilizar equipamentos



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

de proteção individual cujos Certificados de Aprovação – CA estejam válidos, não sendo aceitos itens com período de validade menores que 12 (doze) meses ou expirado, considerando as datas das solicitações de fornecimento emitidas pela Secretaria à Detentora da Ata.

5.2. A inadimplência da DETENTORA, com referência aos encargos estabelecidos nesta seção, não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste edital, razão pela qual renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o MUNICÍPIO.

5.3 A DETENTORA não será responsável:

- I - por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- II - por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1. O MUNICÍPIO, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, compromete-se a:

I proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações deste edital, inclusive permitir livre acesso dos empregados da empresa às dependências da Prefeitura relacionadas à execução do objeto;

II promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

III fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações.

IV indicar funcionário responsável pelo acompanhamento deste registro de Preços e

V comunicar à **DETENTORA** sobre qualquer irregularidade na entrega do produto ou na execução do objeto, objeto do presente.

VI Autorizar a suspensão da execução, total ou parcialmente, por meios amigáveis ou não, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, de segurança, questões disciplinares ou outros relativos ao interesse público, desde que o faça motivadamente, nos termos da lei.

VII Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto através de servidor devidamente designado o qual acompanhará as Notas Fiscais emitidas pela **DETENTORA**.

VIII Providenciar inspeções na execução do objeto, com vistas ao cumprimento dos prazos, quantidades e qualidade dos serviços prestados;

IX Fiscalizar a execução, comunicando imediatamente à **DETENTORA**, qualquer falta ou irregularidade ficando esta obrigada a sanar a ocorrência.

X Notificar, por escrito, à **DETENTORA** a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção

6.2. O responsável pela fiscalização não terá poder para eximir a **DETENTORA** de qualquer obrigação prevista os respectivos instrumentos firmados.

6.3. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO não eximirá a **DETENTORA** das responsabilidades previstas no Código Civil e dos danos que vier a causar a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANCÕES

7.1. Ficará sujeita ao impedimento de licitar e de contratar com o Município de Porto Ferreira e poderá ser descredenciado no seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a DETENTORA que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I não assinar o Contrato, a Ata de Registro de Preços ou retirar documento equivalente;
- II não entregar a documentação exigida no Edital;



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- III apresentar documentação falsa;
- IV causar o atraso na execução do objeto;
- V não manter a proposta;
- VI falhar na execução do ajuste;
- VII fraudar a execução do ajuste;
- VIII comportar-se de modo inidôneo;
- IX declarar informações falsas e
- X cometer fraude fiscal.

7.2. As sanções serão registradas e publicadas no Diário Oficial do Estado, no sítio do Tribunal

7.3. Nos casos estabelecidos na alínea i da cláusula 7.1., fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a DETENTORA à multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, além de poder ser declarada impedida de licitar e de contratar com o MUNICÍPIO e descredenciada no seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

7.4. Nos casos estabelecidos na alínea IV do *caput*, as sanções administrativas que podem ser aplicadas a DETENTORA serão:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- e) sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei Federal nº. 8.666/93, o contratado fica sujeito ainda:
 - i) à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida na proporção de multa de 1% (um por cento) ao dia nos atrasos de até 30 (trinta) dias e de 2% (dois por cento) ao dia nos atrasos superiores a 30 (trinta) dias e
 - ii) multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida.

7.4.1. A aplicação de quaisquer sanções referidas neste item, não afasta a responsabilização civil da DETENTORA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência nem impedem o MUNICÍPIO de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados, bem como das despesas advindas da nova contratação, ou outras quaisquer decorrentes das faltas cometidas.

7.5. As multas, porventura aplicadas, serão descontadas dos pagamentos devidos ou cobradas diretamente da DETENTORA, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste item.

7.6. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.

7.7. Sempre que não houver prejuízo para o MUNICÍPIO, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

7.8. A não correspondência de substituição dentro do prazo fixado pelo MUNICÍPIO, o qual não deverá exceder a 15 (quinze) dias, contados da expedição da intimação, ensejará a aplicação da multa prevista item e) ii da cláusula 7.4.

7.9. Fica a critério do Requisitante, a escolha da penalidade a ser adotada, de forma justificada.



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA – ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE E DESPESAS

8.1 O Órgão Gerenciador da futura Ata de Registro de Preços será: *Secretaria de Gestão* 02.01 - Elemento: 4.4.90.52.24 - Funcional: 04.122.7001.2.234

8.1.1. Participará (rão) também da Ata de Registro de Preços o (s) seguinte (s) órgãos:

<i>Gabinete (Copa)</i>	01.01	3.3.90.30.28	04.122.7002.2.279
<i>Secretaria de Gestão (Divisão de RH/SESMT)</i>	02.01	3.3.90.30.28	04.122.7001.2.234
<i>Secretaria de Gestão (Transporte Saúde)</i>	02.03	3.3.90.30.28	10.301.1010.2.288
<i>Secretaria de Gestão (Transporte Educação)</i>	02.04	3.3.90.30.28	12.361.2001.2.041
<i>Secretaria de Fazenda (Fiscalização Tributária- Posturas-Obras)</i>	04.01	3.3.90.30.28	04.123.7004.2.290
<i>Secretaria de Educação (Ensino Fundamental)</i>	05.02	3.3.90.30.28	12.361.2001.2.041
<i>Secretaria de Educação (Ensino Fundamental)</i>	05.02	3.3.90.30.28	12.361.2001.2.041
<i>Secretaria de Educação (Ensino Fundamental)</i>	05.02	3.3.90.30.28	12.361.2001.2.041
<i>Secretaria de Educação (Ensino Fundamental)</i>	05.02	4.4.90.52.24	12.361.2001.2.041
<i>Secretaria de Educação (Ensino Médio)</i>	05.41	3.3.90.30.28	12.362.2003.2.056
<i>Secretaria de Educação (Educação Profissional e Técnica)</i>	05.43	3.3.90.30.28	12.363.2004.2.064
<i>Secretaria de Educação (Ensino Superior)</i>	05.42	3.3.90.30.28	12.364.2005.2.125
<i>Secretaria de Educação (Pré- Escola)</i>	05.01	3.3.90.30.28	12.365.2002.2.050
<i>Secretaria de Educação (Creches)</i>	05.01	3.3.90.30.28	12.365.2002.2.051
<i>Secretaria de Educação (Pré- Escola)</i>	05.01	3.3.90.30.28	12.365.2002.2.050
<i>Secretaria de Educação (Creches)</i>	05.01	3.3.90.30.28	12.365.2002.2.051
<i>Secretaria de Educação (Creches)</i>	05.01	3.3.90.30.28	12.365.2002.2.051
<i>Secretaria de Educação (Creches)</i>	05.01	4.4.90.52.24	12.365.2002.2.051
<i>Secretaria de Educação (Pré- Escola)</i>	05.01	4.4.90.52.24	12.365.2002.2.050
<i>Secretaria de Educação (Ensino do Ensino Fundamental p/ Jovens e Adultos)</i>	05.02	3.3.90.30.28	12.366.2001.2.042
<i>Secretaria de Educação (Educação Especial do Ensino Fundamental)</i>	05.02	3.3.90.30.28	12.367.2001.2.043
<i>Secretaria de Educação (Educação Especial Pré-Escola)</i>	05.01	3.3.90.30.28	12.367.2002.2.386
<i>Secretaria de Educação (Educação Especial Creche)</i>	05.01	3.3.90.30.28	12.367.2002.2.385
<i>Secretaria de Cultura</i>	06.01	3.3.90.30.28	13.392.3006.2.404
<i>Secretaria de Esportes</i>	07.01	3.3.90.30.28	27.812.3007.2.405



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

<i>Secretaria de Saúde (Centro Odontológico)</i>	08.01	3.3.90.30.28	10.301.1010.2.288
<i>Secretaria de Saúde (Zoonoses)</i>	08.01	3.3.90.30.28	10.304.1012.2.019
<i>Secretaria de Saúde (Controle de Vetores)</i>	08.01	3.3.90.30.28	10.305.1012.2.322
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.122.4007.2.300
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Criança e Adolescente)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.243.4009.2.286
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Famílias Carentes)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.244.4009.2.129
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Pessoa Idosa)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.241.4009.2.136
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Famílias Carentes)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.244.4010.2.129
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Pessoa Idosa)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.241.4010.2.136
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Controle Social)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.122.4007.2.395
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Criança e Adolescente)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.243.4009.2.286
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Famílias Carentes)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.244.4009.2.129
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Pessoa Idosa)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.241.4009.2.136
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Famílias Carentes)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.244.4010.2.129
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Pessoa Idosa)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.241.4010.2.136
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Pessoa Idosa)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.241.4010.2.136
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Criança e Adolescente)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.243.4009.2.286
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Famílias Carentes)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.244.4009.2.129
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Pessoa Idosa)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.241.4009.2.136
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Famílias Carentes)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.244.4010.2.129
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Pessoa Idosa)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.241.4010.2.136
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Pessoa Idosa)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.241.4010.2.136
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Criança e Adolescente)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.243.4009.2.286
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Famílias Carentes)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.244.4009.2.129
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Pessoa Idosa)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.241.4009.2.136
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Famílias Carentes)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.244.4009.2.129
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Criança e Adolescente)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.243.4009.2.286
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Pessoa Idosa)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.241.4009.2.136
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Criança e Adolescente)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.243.4010.2.286
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Famílias Carentes)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.244.4010.2.129
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Atendimento a Pessoa Idosa)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.241.4010.2.136
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.122.4007.2.300
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Controle Social)</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.122.4007.2.395
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania</i>	09.01	3.3.90.30.28	08.122.4007.2.300
<i>Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo</i>	10.01	3.3.90.30.28	04.122.6007.2.394
<i>Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente</i>	11.01	3.3.90.30.28	15.451.5010.2.193



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

<i>Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente (Material Covid-19)</i>	11.01	3.3.90.30.28	15.451.5010.2.193
<i>Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente</i>	11.01	4.4.90.52.24	15.451.5010.2.193
<i>Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente (Meio Ambiente)</i>	11.21	3.3.90.30.28	18.541.6006.2.224
<i>Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente (Meio Ambiente)</i>	11.21	4.4.90.52.24	18.541.6006.2.224
<i>Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente (Vias Públicas)</i>	11.01	3.3.90.30.28	15.451.5010.2.173
<i>Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente (Cemitérios)</i>	11.01	3.3.90.30.28	15.452.5010.2.184
<i>Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente (Cemitérios)</i>	11.01	4.4.90.52.24	15.452.5010.2.184
<i>Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente (Parques)</i>	11.21	3.3.90.30.28	18.541.6006.2.409
<i>Secretaria de Infraestrutura, Obras e Meio Ambiente (Parques)</i>	11.21	40.40.90.52.24	18.541.6006.2.409
<i>Secretaria de Segurança Pública e Mobilidade Urbana</i>	15.05	3.3.90.30.28	15.452.8001.2.284
<i>Secretaria de Segurança Pública e Mobilidade Urbana</i>	15.05	3.3.90.30.28	15.452.8001.2.284
<i>Secretaria de Segurança Pública e Mobilidade Urbana (Defesa Civil)</i>	15.02	3.3.90.30.28	06.122.8004.2.406
<i>Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (G.C.M.)</i>	15.03	3.3.90.30.28	06.181.8005.2.267

8.2. As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício.

8.3. A Dotação Orçamentária será informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho (NE).

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I - pelo MUNICÍPIO,;

- quando a Detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- quando a Detentora der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro;
- cometer reiteradas faltas ou falhas na execução do objeto;
- estiver sofrendo decretação de falência ou insolvência civil;
- os valores registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- g) no caso de dissolução da sociedade;
- h) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo MUNICÍPIO.

II - pela DETENTORA:

- a) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas nos incisos XIV, XV e XVI, do art. 78 e incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 ou 7º da Lei 10.520 de 2002.

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a DETENTORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da DETENTORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação da DETENTORA para cancelamento dos valores registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da DETENTORA, relativas ao fornecimento dos objetos.

9.6. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição infringida.

9.7. A DETENTORA reconhece os direitos do Município de Porto Ferreira, no caso de rescisão administrativa, prevista no Art. 77, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA PARA EXECUÇÃO DA ATA

10.1 Não será exigida garantia conforme faculta o caput do Art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REVISÃO

11.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao MUNICÍPIO promover as negociações junto a DETENTORA.

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o MUNICÍPIO poderá convocar o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. A DETENTORA que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.3.1. Havendo mais fornecedores classificados, a ordem de classificação daqueles que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a DETENTORA não puder cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

11.4.1. liberar a DETENTORA do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 11.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 11.5. Não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá solicitar a Revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. Não será admitida a adesão a esta ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

- 13.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Ferreira, SP, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Porto Ferreira, 04 de setembro de 2020.

Rômulo Luís de Lima Ripa
Rg. 45.962.674-7
Prefeito
Contratante

Cláudio Baqueti Moreira
Rg. 6.859.085-0
Procurador
Detentor da ATA

Testemunhas

Tatiana Terossi Presotto
CPF.: 223.426.298-42

Ana Paula Martins
CPF. 115.331.348-04



MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA

“A Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração – Lei 13492/2017”

Secretaria de Gestão DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA – CNPJ 45.339.363/0001-94

CONTRATADO: SAGATI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI ME CNPJ. 22.327.120/0001-30

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 158/2020

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletivo).

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*): Lucas Peres de Lima/OAB 403087 - E-mail: lucas.lima@portoferreira.sp.gov.br (Contratante)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:
 - a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
 - b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
 - c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
 - d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
 - a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
 - b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Porto Ferreira, 04 de setembro de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Rômulo Luís de Lima Ripa **Cargo:** Prefeito

CPF: 350.575.978-33 **RG:** 45.962.978-33 SSP-SP **Data de Nascimento:** 05/05/1989

Endereço residencial completo: Av. Dr. Adhemar de Barros, 550, Apto. 73, Vl. Maria, Cep. 13.660-200, Porto Ferreira/SP

E-mail institucional: prefeito@portoferreira.sp.gov.br

E-mail pessoal: romulorippa@yahoo.com.br

Telefone(s): (19) 3581-2661 / (19) 99734-4017

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE

Nome: Rômulo Luís de Lima Ripa **Cargo:** Prefeito

CPF: 350.575.978-33 **RG:** 45.962.674-7 - SSP/SP

Data de Nascimento: 05/05/1989

Endereço residencial completo: Av. Dr. Adhemar de Barros, 550, Apto. 73, Vila Maria, Porto Ferreira – SP.

E-mail institucional: prefeito@portoferreira.sp.gov.br

E-mail pessoal: romulorippa@yahoo.com.br

Telefones: (19) 3589 5200 / 3589 5202

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA

Nome: Cláudio Baqueti Moreira

Cargo: Procurador

CPF: 025.538.279-03

RG: 6.859.085-0

Data de Nascimento:

Endereço residencial completo: Rua Arthur Thomaz, n. 142, Sala 01, Maringá - PR

E-mail institucional: sagati@invictalicitacoes.com.br

E-mail pessoal: sagati@invictalicitacoes.com.br

Telefone(s): (44) 3226-6472

Assinatura: _____